

Título: Agricultura e questão agrária no Brasil – condicionantes estruturais da concentração fundiária¹

Autor: Joelson Gonçalves de Carvalho²

Resumo

A partir dos anos 1980, a questão agrária brasileira, após o “esquecimento” a que foi relegada durante todo o período militar, ganhou maior dimensão em estudos e debates acadêmicos. Desde então, ela ressurgiu, ainda que apenas no debate, como estratégia de desenvolvimento nacional que, em tese, associar-se-ia à geração de renda, desenvolvimento regional e local, empregos, melhoria das condições de vida da população rural e no entorno de assentamentos, entre outros. Em grande parte, isto se deve à articulações de movimentos sociais rurais que, por suas ações em diversas escalas territoriais, obrigaram tanto a academia como o governo a se voltarem aos problemas fundiários nacionais e suas conseqüências tanto econômicas quanto sociais.

Os estudos mais recentes estão alicerçados na criação de projetos de assentamentos rurais em um contexto marcado pelos caminhos desenhados pela modernização agrícola. Sendo assim, o foco deste artigo é tecer considerações que demonstrem as interligações entre a economia rural e a questão agrária nacional, a partir de uma visão histórica do processo que, como se verá, foi marcado pelo conservadorismo social e político. O argumento central deste trabalho é o de que, mesmo com o desenvolvimento de modernas forças capitalistas no meio rural brasileiro e de suas fortes ligações com a indústria nacional e internacional, isso não só não resolveu como também contribuiu para agravar as contradições socioeconômicas no meio rural brasileiro. O intuito é demonstrar que o desenvolvimento da agropecuária no Brasil e as políticas públicas voltadas para ele não foram capazes de enfrentar os principais desafios impostos pela secular estrutura agrária nacional, a saber: aumento de emprego e renda e desconcentração fundiária.

Palavras chaves: Agricultura; questão agrária; concentração fundiária.

¹ Artigo apresentado no VI Coloquio de la SEPLA. Setembro de 2010, Montevideú, Uruguai.

² Professor Assistente do Departamento de Ciências Econômicas e Exatas da UFRRJ, Instituto Três Rios.
E-mail: joelsonjoe@yahoo.com.br

1 – Da integração nacional à modernização conservadora da agricultura: uma análise sobre a questão agrária no Brasil

O debate sobre a questão agrária brasileira está intimamente ligado ao processo histórico de colonização do país. A posse da terra sempre foi um tema, além de relevante, extremamente atual para se entender o subdesenvolvimento nacional desde a inserção brasileira, mesmo como colônia, no capitalismo internacional. O sistema de produção implantado no Brasil-Colônia, alicerçado na monocultura, em grandes extensões de terras, com trabalho escravo e produção destinada, quase exclusivamente, ao mercado internacional, adaptou-se convenientemente nas novas terras, reduzindo custos e facilitando a colonização, instaurando a desigualdade econômica e social. Esse sistema conhecido como *plantation* foi ratificado durante o Segundo Reinado em 1850, pela imposição da Lei de Terras³ que antecedeu a abolição da escravatura. O êxodo rural brasileiro, com todas as suas implicações urbanas, não foi caracterizado, portanto, pela busca de melhores condições sociais e econômicas, mas sim porque se tornou uma das poucas alternativas possíveis aos desprovidos de terra.

A apropriação privada do território, as migrações rurais e entre o rural e o urbano em busca de terra e trabalho são fatos relevantes para a história social e política do país. Fica evidente, portanto, que a falta de acesso à terra, à educação e ao trabalho de nossa população rural e urbana, nunca pôde ser equacionada nos marcos do nosso precário estado de direito (TAVARES, 1999). Focada a análise a partir da segunda metade do século passado, percebe alterações de fundo que alteram toda a dinâmica capitalista nacional sem, contudo, comprometer o pacto de dominação interno imposto pelas elites.

Até meados da década de 1950, a mudança mais significativa na economia brasileira é a suplantação do setor agroexportador pelo industrial. Setor esse que passa a ser determinante para a reprodução da força de trabalho. Já a partir da segunda metade dos anos de 1950, rompem-se os constrangimentos à industrialização nacional em bases mais capitalistas, típicos da fase anterior, dados pela fragilidade das condições técnicas e financeiras do capital (CARDOSO DE MELLO, 1975). O período que se inaugura – o da industrialização pesada – a partir de 1956, trouxe mudanças extremamente

3 A Lei nº 601, de 1850, segundo Darcy Ribeiro (1995) reduziu o contingente de trabalhadores rurais, obrigado a coroa a fazer uma intensa propaganda para a imigração de trabalhadores pobres oriundos da Europa.

relevantes para a dinâmica econômica e para o processo de urbanização, com alterações significativas no desenho agrícola e o agravamento da questão agrária.

As décadas seguintes, notadamente os anos de 1960 e 1970, foram marcadas pelo aumento vertiginoso da utilização de máquinas pesadas, insumos específicos, adubação química e conseqüente aumento da produtividade. Este conjunto de alterações caracterizados pela pecha de “modernização agrícola” foi de grande valia para a consolidação dos grandes complexos agroindustriais (CAIs)⁴, incapazes, diga-se, de amenizar a pobreza rural agravando sobretudo as discrepâncias da estrutura agrária nacional (Tabela 1).

Tabela 1 – Índice de Gini corrigido⁵ da distribuição da posse da terra e porcentagens de áreas correspondentes de estabelecimentos agropecuários no Brasil – 1960, 1970 e 1975.

	1960	1970	1975
G*	0,842	0,844	0,855
(50-)	3,1%	2,9%	2,5%
(10+)	78,0%	77,7%	79,0%
(5+)	67,9%	67,0%	68,7%
(1+)	44,5%	43,1%	45,2%
Média	75 ha	60 ha	65 ha
Mediana	12 ha	9 ha	9 ha

Censo Agrícola de 1960 e Censos Agropecuários de 1970 e 1975. Apud Graziano da Silva, 1980, Pág. 355-360. Alterado pelo autor. Nota: * Calculado estimando desigualdades intra-estratos em metodologia proposta por Hoffmann (1979).

Observados os dados da tabela 1 pode-se concluir que a concentração na distribuição da posse da terra aumentou entre 1960 e 1975. Além disso, fica patente que a participação da área correspondente aos 50% de estabelecimentos agropecuários com área inferior a mediana (50% menos) no Brasil só foi superior a 3% em 1960.

⁴ Em termos históricos pode-se dizer que os complexos agroindustriais são resultado de um processo que começou com a crise dos modelos rurais tradicionais e na estruturação de algo novo, mais moderno e dinâmico: o complexo cafeeiro paulista. A forma como o sistema, denominado por Cano (2007) como “complexo cafeeiro”, organizou-se política e economicamente propiciou tanto a garantia de melhor lucratividade quanto a sua própria superação, dirigindo-se para um modelo mais capitalista no campo, no qual o Departamento de Bens de Produção, mesmo que ainda não desse a tônica do desenvolvimento, ganhou expressiva importância.

⁵ Índice de Gini (G) é uma medida de grau de desigualdade. Seu valor varia entre 0 (ausência de desigualdade) e 1 (máxima desigualdade). Geralmente, ele é calculado sem levar em consideração a desigualdade dentro dos estratos; ou seja, considerando que em cada estrato o ponto médio representa fielmente todos os indivíduos aí contidos. No caso do Censo Agropecuário, este índice se torna pouco verdadeiro, pois os dados são apresentados todos estratificados. Diante disto, tem-se o G*, calculado estimando as desigualdades intra-estratos, considerando função de densidade linear e de Pareto com dois parâmetros no último estrato se este for aberto à direita (HOFFMANN, 1979).

Em paralelo, os estabelecimentos com áreas superiores a 10%, 5% e 1% aumentaram sua participação em todos os anos da série. A discrepância da posse da terra também pode ser observada comparando-se a média e a mediana. Enquanto, na média, em 1975, os estabelecimentos brasileiros tinham 65 hectares, a moda estatística (valor que mais repete) era de apenas 9%.

O modelo agrícola baseado na elevada produtividade foi incentivado pelo governo federal até o final da década de 1980, quando os Complexos Agroindustriais já estavam bastante estruturados. Este modelo, que ratificou o avanço das forças capitalistas na agricultura brasileira, desconsiderou o fato de ser, a questão agrária brasileira, marcada pela desigualdade de acesso a terra e a trabalho.

Em síntese, desde o surgimento e consolidação dos Complexos Agroindustriais, o processo de modernização foi altamente excludente de determinados grupos sociais e regiões econômicas (KAGEYAMA et al., 1990; DELGADO,1985). Portanto, as políticas públicas voltadas para um modelo produtivista que privilegiou a formação de cadeias complexas teve como consequência três características complementares entre si: a primeira foi a verticalização da produção agrícola, voltada à consolidação de complexos agroindústrias internacionalizados; a segunda foi a formação de nichos regionais de especialização produtiva e a terceira foi o elevado grau de concentração tanto da terra como do capital.

2 – Década perdida, neoliberalismo, movimentos sociais e questão agrária no Brasil

A adoção indiscriminada das políticas neoliberais, notadamente a partir dos anos 1990, no bojo do processo de globalização, trouxe à realidade brasileira um duro golpe: o agravamento dos problemas estruturais nacionais, a exemplo da concentração de renda e propriedade. Este quadro de agravamento ocorreu *pari passu* com a redução das possibilidades de ação estatal concreta e coordenada para a efetiva superação do atraso social e econômico nacional. No campo, viu-se o agravamento da realidade agrária, aumento de ocupações e consequente aumento da violência no campo.

Na tentativa de garantir o pagamento da dívida externa houve corte de gastos de investimento e manutenção de subsídios e incentivos às exportações a fim de gerar dólares e garantir mega-superávits que foram transferidos ao exterior. Isso, por sua vez, ratificou uma vez mais a concentração de terra e sedimentou o agronegócio como

agente econômico importante para o crescimento (desigual) nacional, construindo uma nova fuga para frente, das elites nacionais.

O agronegócio pode ser visto de maneira puramente conceitual e acrítica como a somatória das operações de produção, distribuição, armazenamento, processamento, financiamento e outras atividades ligadas à produção agropecuária. Contudo, a compreensão do agronegócio neste trabalho extrapola a visão puramente conceitual e acrítica. Incorpora-se a ideia de que o agronegócio é o nome dado ao atual modelo de desenvolvimento da agricultura capitalista. Neste sentido, concordamos com a contribuição do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA/UNESP/Presidente Prudente) na qual o agronegócio é a ampliação do conceito de latifúndio que, para além da terra, também concentra tecnologia, políticas de crédito e desenvolvimento, expandindo e ampliando o seu controle sobre o território e as relações sociais presentes nele.⁶

Todavia, a capitalização da agricultura e o avanço do agronegócio não ocorreram sem traumas, trazendo consigo o ressurgimento da mobilização social, seguida de repressão e assassinatos (MENDONÇA, 2006). Segundo Oliveira (2001, pág. 197) “*A análise da realidade agrária brasileira do final do século XX mostra, de forma cabal, a presença dos conflitos de terra. Se por um lado a modernização conservadora ampliou suas áreas de ação, igual e contraditoriamente os movimentos sociais aumentaram a pressão social sobre o Estado na luta de terra*”. Isso explica, em parte, o aumento do número de assassinatos no campo, pelo menos até 1987.

Desde o início da Nova República houve um aumento expressivo das mobilizações sociais em torno de questões nacionais relevantes, dentre elas a reforma agrária. Contudo, a repressão sobre os movimentos sociais, especialmente sobre os movimentos camponeses, foi maior que a envergadura do debate sobre a necessidade de mudanças na legislação e na Constituição, conforme apontam dos dados da tabela 2.

⁶ Para uma análise mais completa das contribuições do NERA ver: www4.fct.unesp.br/nera

Ano	Assassinatos	Ano	Assassinatos
1980	53	1993	45
1981	69	1994	29
1982	57	1995	34
1983	81	1996	49
1984	124	1997	30
1985	171	1998	47
1986	150	1999	32
1987	216	2000	25
1988	89	2001	34
1989	70	2002	43
1990	78	2003	44
1991	51	2004	39
1992	50	2005	38

Fonte: Comissão Pastoral da Terra - CPT / Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST

Os dados da tabela 2 deixam claro que o período com o maior número de mortos (1984 a 1987) foi justamente o período de constituição de novos atores políticos e sociais tais como o MST e a UDR, além de ser o período da redemocratização nacional. Não obstante, segundo dados do DATALUTA⁷, de 1988 a 2007 ocorreram 7.561 ocupações de terras no Brasil envolvendo 1.119.654 famílias nos diversos estados brasileiros. Estes números demonstram a magnitude da luta pela reforma agrária no Brasil. É notório que, mesmo à luz da redemocratização, prevaleceu o viés da modernização agrícola subordinando a função social da terra à garantia ao direito à propriedade privada e, por consequência, à justiça social.

3 – Concentração fundiária, uso e ocupação do solo no Brasil: análises e comparações

O ressurgimento das discussões sobre a estrutura agrária no Brasil não é responsabilidade apenas dos movimentos organizados no campo, notadamente o MST, nem muito menos um modismo acadêmico. É resultado de um processo idiossincrático que, ao longo do tempo, na medida em que dava respostas à questão agrícola, agravava a questão agrária. Neste sentido, o Censo Agropecuário de 2006 deixou visível os fortes impactos da política neoliberal sobre a agropecuária nacional. Dentre as principais conclusões a que o censo chegou pode-se listar a redução do pessoal ocupado, a redução de estabelecimentos agropecuários, a redução pouco significativa do Índice de Gini para

⁷ O DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra – é um projeto de pesquisa e extensão criado no Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária NERA – vinculado ao Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP, campus de Presidente Prudente.

o país como um todo e o avanço do agronegócio enquanto modelo de desenvolvimento adotado pelo mercado e referendado pelo Estado.

A constatação principal do Censo, a nosso ver, a saber: a elevada concentração fundiária no Brasil, se baseia no fato de que os estabelecimentos rurais com menos de 10 hectares ocupavam, na data do censo, aproximadamente 2,4% da área total, ao passo que os estabelecimentos maiores que 1000 hectares concentravam 44% do total (Tabela 3). No que tange o número de estabelecimentos, 47% tinham menos que 10 hectares e os estabelecimentos maiores de 1000 hectares representavam 1% do total.

Estrato de área	Área dos estabelecimentos rurais (ha)					
	1985	%	1995	%	2006	%
Menos de 10 ha	9.986.637	3%	7.882.194	2%	7.798.607	2%
De 10 ha a menos de 100 ha	69.565.161	19%	52.693.585	15%	62.893.091	19%
De 100 ha a menos de 1000 ha	131.432.667	35%	123.541.517	36%	112.696.478	34%
1000 ha e mais	163.940.667	44%	159.493.949	46%	146.553.218	44%
Total	374.924.421	100%	343.611.246	100%	329.941.393	100%

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1985/2006. Alterado pelo autor.

No que tange ao uso e a ocupação do solo, observados os dados estruturais do Censo Agropecuário (Tabela 4), pode-se perceber que a área dos estabelecimentos rurais diminuiu em 23,7 milhões de hectares entre os dois últimos censos, o que corresponde a aproximadamente 6,7%. A área de pastagens naturais, dentre as formas de utilização das terras, foi a que apresentou a maior redução (cerca de 20,7 milhões de hectares).

Dados estruturais ⁽¹⁾	Censos					
	1970	1975	1980	1985	1995-1996	2006
Estabelecimentos	4.924.019	4.993.252	5.159.851	5.801.809	4.859.865	5.175.489
Área total (ha)	294.145.466	323.896.082	364.854.421	374.924.929	353.611.246	329.941.393
Utilização das terras (ha)						
Lavouras permanentes	7.984.068	8.385.395	10.472.135	9.903.487	7.541.626	11.612.227
Lavouras temporárias	25.999.728	31.615.963	38.632.128	42.244.221	34.252.829	48.234.391
Pastagens naturais	124.406.233	125.950.884	113.897.357	105.094.029	78.048.463	57.316.457
Pastagens plantadas	29.732.296	39.701.366	60.602.284	74.094.402	99.652.009	101.437.409
Matas naturais	56.222.957	67.857.631	83.151.990	83.016.973	88.897.582	93.982.304
Matas plantadas	1.658.225	2.864.298	5.015.713	5.966.626	5.396.016	4.497.324

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário 1970/2006. Nota: (1) Para explicação metodológica ver IBGE (2009).

É expressivo o montante, em hectares, das áreas destinadas a pastagens plantadas, contudo, das áreas que mais aumentaram sua participação sobre o total, ela foi a que menos incremento apresentou. Todavia, vale ressaltar a melhoria da qualidade das pastagens plantadas no Brasil, que permitiu aumento do rebanho bovino vis-à-vis redução das pastagens naturais. No que se refere ao aumento da participação relativa sobre a utilização de áreas, fica evidente o elevado crescimento das lavouras tanto permanentes (54,0%), quanto das temporárias (40,8%).

Analisando os dados da tabela 5, percebe-se a importância da criação de bovinos sobre o número total do efetivo animal. A taxa de participação da pecuária bovina que era de 59% no primeiro ano da série apresentada, chega a 70% em 1985 e a 76% nos dois últimos censos analisados. Isto, por sua vez, gera impactos na (sub)utilização do uso do solo no Brasil dado o caráter extensivo da pecuária nacional.

Tabela 5 – Número do efetivo de animais no Brasil - 1970/2006						
Dados estruturais	Censos					
	1970	1975	1980	1985	1995-1996	2006
Efetivo de animais						
Bovinos	78.562.250	101.673.753	118.085.872	128.041.757	153.058.275	171.613.337
Bubalinos	108.592	209.077	380.986	619.712	834.922	885.119
Caprinos	5.708.993	6.709.428	7.908.147	8.207.942	6.590.646	7.107.608
Ovinos	17.643.044	17.486.559	17.950.899	16.148.361	13.954.555	14.167.504
Suíños	31.523.640	35.151.668	32.628.723	30.481.278	27.811.244	31.189.339
Aves ⁽¹⁾	213.623	286.810	413.180	436.809	718.538	1.401.341

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1970/2006. Notas: (1) Galinhas, galos, frangas e frangos por mil cabeças.

A redução do pessoal ocupado na agropecuária é expressiva: nos últimos 10 anos mais de 1,3 milhão de pessoas abandonaram as atividades rurais. Analisando-se os últimos 20 anos tem-se um número mais expressivo ainda: 6,8 milhões de trabalhadores ou uma redução de quase 30% do pessoal ocupado (Tabela 6).

Tabela 6 - Confronto dos resultados dos dados estruturais dos Censos Agropecuários no Brasil – 1970/2006						
Dados estruturais	Censos					
	1970	1975	1980	1985	1995-1996	2006
Pessoal ocupado	17 582 089	20 345 692	21 163 735	23 394 919	17 930 890	16 567 544
Tratores	165 870	323 113	545 205	665 280	803 742	820 673

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1970/2006.

A forma com que se deu o desenvolvimento capitalista no campo, acabou por subordinar a agricultura brasileira à lógica do capital, com sua tendência à concentração da propriedade da terra e dos meios de produção, tais como máquinas, equipamentos, insumos, entre outros. Entretanto, para uma compreensão mais efetiva e de caráter mais estrutural da argumentação desenvolvida neste artigo é necessário adentrar na seara da economia política, especialmente a partir das reflexões apresentadas por Tavares (2000) e Cano (2010). Ambas as reflexões convergem para entendimento do histórico papel do capital mercantil na questão regional e o arcaico pacto de dominação interno enquanto questões centrais e estruturais para a permanência da desigualdade e do subdesenvolvimento no Brasil.

A primeira característica a ser citada é a apropriação privada e concentrada da terra como uma das formas concretas de acumulação patrimonial da riqueza capitalista. Esta especificidade marcante, presente pelo menos desde 1850, tornou-se perene na dinâmica capitalista nacional a partir do periódico fechamento e posterior reabertura da “fronteira econômico-territorial” mediante a exploração predatória dos recursos naturais, a expulsão e a incorporação de populações locais e imigradas submetidas à constante exploração (TAVARES, 2000, pág. 137). Isto acaba por ratificar o caráter paradoxal da modernização rural iniciada em 1960. Em outras palavras, o progresso trazido pela expansão das atividades rurais exportadoras é acompanhado pela geração de miséria, reproduzindo bolsões de pobreza rural e urbana, maior concentração fundiária e novos espaços para a serem explorados pelo arcaico e capital mercantil (CANO, 2010).

Uma segunda característica marcante está presente nas relações patrimonialistas entre as oligarquias regionais e o poder central na distribuição e apropriação dos fundos públicos (TAVARES, 2000). Em que pese existir uma gama infindável de articulações políticas locais/regionais na defesa de interesses relacionados à perpetuação da relação dominância, o melhor exemplo que pode ser dado é a Bancada Ruralista no Congresso Nacional. Ela é uma agremiação tanto antiga quanto conservadora no Congresso Nacional e não conta com status jurídico definido. Em sua roupagem mais recente, datada de fevereiro de 2008, se converteu em uma Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) tendo como objetivo “estimular a ampliação de políticas públicas para o

desenvolvimento do agronegócio nacional”, sendo composta por 235 Deputados Federais e 33 Senadores.⁸

A terceira característica estrutural está presente nas relações de dominação e cumplicidade entre os agentes do dinheiro mundial e as burocracias do dinheiro nacional que, dialeticamente, alimenta os conflitos do governo central com as elites regionais pelos “escassos fundos públicos” (TAVARES, 2000). Este processo ao mesmo tempo em que enfraquece várias frações da burguesia nacional, em detrimento dos capitais estrangeiros, faz recrudescer a burguesia agrária, aumentando o poder dos donos da terra pelo seu viés extra-econômico, o que, por seu turno, tem como consequência direta e constante a piora das condições de vida do povo (TAVARES, 2000).

Um importante elemento sobre o caráter desta transformação é apresentado por Cano (2010) para o qual o modelo de dominância ao qual o agronegócio se sobrepõe, a saber, o capital mercantil, vê diminuído seu poder, mas raramente o tem eliminado por completo, o que o faz assumir outras formas, tais como a industrial, bancária, financeira sem, contudo, diminuir sua ambigüidade. Nas palavras de Cano: “Além dessa forma moderna e mais progressista, manterá muitos dos traços anteriores que lhe garantem sua participação no poder (local, regional ou nacional). Ou ainda, e visto de forma distinta, manterá estruturas ambíguas de ativos, onde a propriedade fundiária se destaca” (2010, pág. 5).

Para Tavares (2000, pág. 136) existem fundadas razões para atribuir importância fundamental às dimensões econômicas e políticas da ocupação e do domínio privado e político do território. Entre as dimensões econômicas mais importantes para o processo de acumulação de capital, a expansão da fronteira pelos negócios de produção e exportação do *agrobusiness* e da exploração de recursos naturais mantém-se ao longo de toda a história econômica brasileira.

Isto fica claro na medida em que a difusão do progresso tecnológico e a consequente inserção comercial dos países subdesenvolvidos, como o Brasil, estão sujeitas a esquemas mutáveis de concorrência e de estratégias de grandes empresas internacionais (TAVARES, 2000). Cabe como ilustração o fato das 20 maiores

⁸ Segundo informações colhidas no site oficial da FPA, em setembro de 2010. Apenas como ilustração, em seu Relatório de Atividades 2009/2010, a FPA se arroga de ter contribuído para a revisão de demarcações de terras quilombolas, sustação de demarcação de terras indígenas, mobilização contra revisão de índices de produtividade, entre outras ações de igual teor político. Para maiores detalhes ver: <http://www.fpagropecuaria.com.br>.

empresas do agronegócio em 2008 presentes no Brasil segundo receita líquida, 12 são transnacionais e representam 63% de toda a receita líquida do setor (REVISTA VALOR 1000, 2009).

Por fim, por serem estruturais, tais características ajudaram a sedimentar e agravar, ao longo das décadas, a exclusão social e econômica no país sem rupturas no pacto de dominação interna. O avanço do agronegócio sobre antigas áreas gerenciadas pela ótica patriarcal-patrimonialista foi e é ambígua, pois “atendidos os interesses desse capital moderno, o possível antagonismo entre o antigo e este é contido, e, assim, abre-se novo campo conciliatório entre eles” (CANO, 2010, pág. 11). O que por sua vez seculariza e ratifica a terra muito mais que um fator de produção e sua posse um signo de poder extra-econômico que sobrevive, amiúde, a ciclos de crise e expansão econômica.

Considerações finais

O objetivo deste artigo foi demonstrar que existe um descompasso estrutural no campo brasileiro de modo que, mesmo com a implantação das modernas forças capitalistas na agricultura nacional, os problemas socioeconômicos de grande parte da população rural não se arrefeceram, pelo contrário. Este processo foi caracterizado por três elementos fundamentais: a desigualdade, a exclusão e a convivência simultânea com outras formas de produção. No que tange a desigualdade, esta se mostrou e se mostra tanto social quanto territorial, haja vista a concentração e desproporcionalidade do desenvolvimento das regiões sul e sudeste vis-à-vis as regiões norte e nordeste do Brasil. Soma-se a isso o fato da marginalização de uma imensa massa de despossuídos do meio rural, inexoravelmente migrantes para cidades, geralmente médias ou de grande porte ou ainda para regiões de fronteiras agrícolas, constantemente em movimento.

Mesmo com a forte integração agricultura e indústria, o processo de desenvolvimento da agricultura brasileira ainda foi marcado pela convivência (não necessariamente pacífica) e a reprodução de relações sociais arcaicas ao lado de relações mais avançadas, tais como parcerias e “moradores de condição” convivendo ao lado do assalariamento rural e atividades não agrícolas no campo.

Em síntese, enquanto características mais gerais de um longo processo de industrialização da agricultura pode-se dizer que a questão agrária no Brasil está marcada por a) permanência do êxodo rural e redução do número absoluto de

trabalhadores no campo; b) crescente aumento na produtividade do trabalho no meio rural, dadas as constantes inovações tecnológicas tanto em máquinas quanto em insumos e c) aumento da integração e subordinação de pequenos produtores ao agronegócio com conseqüente aumento da seletividade e especialização destes produtores.

Este quadro de agravamento ocorreu com a redução das possibilidades de ação estatal concreta e coordenada para a efetiva superação do atraso social e econômico nacional. Fica patente que as análises e elaborações de políticas públicas que tenham como foco o campo ou o desenvolvimento rural-regional devem incorporar a noção de espaço de disputa, dada a convivência (não pacífica) de um processo de centralização do capital no campo, expresso no latifúndio monocultor de alta capacidade tecnológica e a existência de movimentos sociais organizados em diversas escalas de ação, facilmente identificados em diversas ocupações em todas as unidades da federação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CANO, W. (2007). *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. São Paulo, T. A. Queiroz. Republicado pela editora do Instituto de Economia da Unicamp.

CANO, W. (2010). *Reflexões sobre o papel do capital mercantil na questão regional e urbana do Brasil*. Texto para discussão n.º 177, maio. Disponível em www.eco.unicamp.br.

CARDOSO DE MELLO, J. M. (1975) *O capitalismo tardio*. São Paulo, Brasiliense. Republicado pela editora do Instituto de Economia da Unicamp, 1998. (30 anos de Economia – Unicamp, 4), Campinas.

DELGADO, G. C.(1985). *Capital financeiro e agricultura no Brasil*. São Paulo; Campinas: Ed. Ícone/ Ed. da UNICAMP.

GRAZIANO DA SILVA, (1980). Estrutura Fundiária e Relações de Produção no Campo Brasileiro. In: *Anais do II Encontro da ABCP*. Águas de São Pedro, SP. Outubro.

HOFFMANN, R. (1979). Estimação da desigualdade dentro de estratos no cálculo do índice de Gini e redundância. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 719-738, dez.

IBGE (2006). *Censo Agropecuário*. Rio de Janeiro – RJ.

KAGEYAMA, A. A. (coord.) (1990). O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: Delgado, G. et al. (org.) *Agricultura e Políticas Públicas*. Brasília: IPEA.

MENDONÇA, S. R. (2006). *A questão agrária no Brasil: a classe dominante agrária – natureza e comportamento 1964-1990*; STEDILE, J. P. (org.) – 1. ed. Expressão Popular. São Paulo.

OLIVEIRA, A. U. (2001) *A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária*. Estud. Av. vol. 15 no. 43. São Paulo.

REVISTA VALOR 1000. (2009). *Jornal Valor Econômico*, edição de agosto.

RIBEIRO, D. (1995) *O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. Companhia das Letras. São Paulo.

TAVARES, M. C. (1999). Império, território e dinheiro. In: Fiori, J. L. (Org.). *Estados e moedas no desenvolvimento das nações*. Vozes. Petrópolis, RJ.

TAVARES, M. C. (2000). Subdesenvolvimento, dominação e luta de classes. In: Tavares, M. C. (Org.). *Celso Furtado e o Brasil*. Ed. Fund. Perseu Abramo. São Paulo, SP.